

## Indicadores de desigualdade social no município da Serra como reverberações dos processos de Industrialização, Urbanização e Migração na Região Metropolitana da Grande Vitória (1960-2010)

*Madson Gonçalves da Silva, UFES<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta o município da Serra, integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), como espaço de desigualdade social. Descreve o crescimento urbano-industrial do estado do Espírito Santo, com foco na RMGV, trazendo, paralelamente, o intenso processo migratório, dentro do recorte 1960-2010. Nesse mesmo recorte, o município da Serra constituiu-se o objeto de estudo. Isso, por apresentar um crescimento de mais de 4000% de sua população, sendo este contingente constituído, principalmente, por migrantes. Como consequências da sobredeterminação das causas têm-se diversos processos, dentre os quais se destacam a metropolização, a desigualdade social e outros indicadores - como renda, educação e saúde - que servem de respaldo dessa desigualdade presente na cidade estudada.

**Palavras-Chave:** Migração, Desigualdade social, Industrialização, Urbanização, Metropolização.

**Abstract:** This paper presents the city of the Serra, integral of the Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), as social inequality space. Describes the urban-industrial growth in the state of Espírito Santo, focusing on RMGV, bringing, at the same time, the intense migratory process, in the period 1960-2010. That same period, the municipality of Serra constituted the object of study by presenting a growth of over 4000% of its population, which is made mainly of migrants. As the consequences of overdetermination of the causes we have several processes, among which stands out the metropolization, social inequality and other indicators such as income, education and health, which are the basis for backing of this inequality present in the city studied.

**Key-words:** Migration, Social inequality, Industrialization, Urbanization, Metropolization

### Introdução

O presente trabalho se apresenta no recorte deste trabalho se dá, a partir de 1960, até 2010, em que no entrecruzamento dessa intensa industrialização, somada a forte fluxo migratório e urbanização foi possível verificar consistentes reverberações Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Dentre os municípios da RMGV, a Serra foi a que mais se destacou, isso porque em sua circunscrição territorial foi observada forte presença de investimentos na indústria, por ter apresentado o maior crescimento populacional do estado (saltando de 9.192 para 409.267 habitantes em 50 anos). Ainda, por apresentar indicadores de desigualdade social. Dessa maneira, e por essas motivações, o município constituiu-se nosso objeto de estudo.

Ressalta-se, entretanto, que neste estudo não se pretende associar determinado efeito a uma causa única, de maneira linear, mas partir da perspectiva de Áugè (2010, p. 15), admitindo que a sobredeterminação das causas inferem na complexidade da análise dos efeitos. Ainda, o trabalho se situa dentro de um percurso da História Social e História do presente, permitindo ao pesquisador contato com o seu objeto de análise, ao mesmo tempo em que interage com a História, constituindo-se, portanto, como parte dela também.

### O Espírito Santo e sua MetrÓpole a partir de 1960

A produção cafeeira que lançou as bases para o desenvolvimento industrial no estado situava-se no início do século XIX, na Capital. Essa produção, ao longo deste século, se estendeu para o sul do estado. Na primeira metade do século XX, o café alcança seu ápice na econômica capixaba, e, na segunda metade, atinge seus preços mais baixos, entrando em declínio. O momento mais crítico deu-se no biênio,

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador do Laboratório de Estudos Migratórios – LEMM/UFES. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IGHES. E-mail: [madujazz@hotmail.com](mailto:madujazz@hotmail.com)

1962/1963, e o que se esperava era que em momento de crise, naturalmente, o tipo de cultura seria substituída. No entanto, não foi o caso do Espírito Santo, conforme afirma Rocha e Morandi (2012, p. 76),

a queda dos preços do café afetou de forma particular a economia capixaba, uma vez que se tratava de uma estrutura produtiva fundamentada na pequena produção familiar (...) a tendência era que se preservasse a capacidade produtiva do café, uma vez que, apesar do baixo preço, esse produto representava para os cafeicultores quase que a única fonte de renda.

Depreende-se que a subsistência dessas unidades pouco dependia do plantio do café, pois boa parte dos produtos essenciais para subsistência eram produzidos de forma autônoma; os que não eram produzidos poderiam ser adquiridos no mercado, comprados por produtos da própria produção. Tal circunstância apresentava oportunidade de alteração nos hábitos de consumo, e mais: mostrou a resistência econômica diante da crise, expansão de outros produtos agrícolas tradicionais e, também, preservação da produção cafeeira e da pequena propriedade familiar. Esses fatos, juntamente com a crise, repercutiram de maneira grave na economia estadual, necessitando, portanto, de intervenção.

No plano federal, mecanismos foram desenvolvidos, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com intuito de modernizar a produção cafeeira. No Estado foi observado o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA), com a tarefa de executar o planejamento da produção cafeeira. Três diretrizes básicas foram elaboradas pelo Gerca: diversificação das áreas plantadas com outras culturas, renovação de parcelas dos cafezais e promoção da erradicação dos cafezais. A última foi a mais bem-sucedida, tornando-se o “carro-chefe” da nova política cafeeira.

Segundo Rocha e Morandi (2012, p. 77), “tornou-se um instrumento de grande importância na intervenção do Estado no setor cafeeiro. Essa interferência, de caráter exógeno, veio modificar tanto os efeitos da crise quanto a própria estrutura produtiva da economia capixaba”. Os efeitos da Erradicação dos cafezais foram logo sentidos. Rocha e Morandi afirmam que

o resultado foi que a política de erradicação implementada com o objetivo de controlar a crise cafeeira de superprodução afetou de forma profunda a economia capixaba num duplo sentido. Por um lado, criou uma crise social de grandes proporções, e, por outro, veio “libertar” ou “desmobilizar” os ativos representados pelos cafeeiros, que assumiram forma líquida, mediante a indenização financeira do GERCA (2012, p. 81).

Segundo Villaschi e Felipe, 70% da renda gerada pela economia capixaba eram oriundas do setor primário. Com a desmobilização provocada pela erradicação dos cafezais, foi possível observar uma grave crise econômica instaurada no Espírito Santo (2011, p. 194).

Essa crise econômica mencionada reverberou em um saldo de desempregados, que era de aproximadamente 60 mil. Deve-se compreender que o desdobramento desse saldo de desempregados traduziu em uma emigração de aproximadamente 200 mil pessoas, sendo que destes, cerca de 120 mil, se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o estado. Tal crise rompeu a dependência econômica do Estado com o café, proporcionando oportunidades para diversificação da economia capixaba (RIBEIRO, 2005).

Enquanto um cenário de crise era apresentado na região interiorana do Espírito Santo, a efetivação do planejamento de industrialização era executada na Grande Vitória. Portanto, foi, ao longo dos anos de 1960, e início dos anos 1970, que os projetos e investimentos de base, iniciados no Plano de Valorização

Econômica do Espírito Santo, ganharam mais infraestruturas. Destaca-se também o vertiginoso crescimento populacional que o estado já possuía naquele período, sendo que, a partir de 1970, é possível observar uma mudança abrupta no padrão econômico do Espírito Santo, que mudou de agro-exportador para comercial-industrial-exportador. Tais transformações promoveram mudanças, ao mesmo tempo em que sofriam influência dos novos segmentos sociais que surgiam no remodelamento urbano.

O redimensionamento do espaço geográfico vem adensar a demanda das plantas industriais que, ao passo em que “acolhe”, marginaliza os que se direcionam para a capital em busca de emprego – ou seja, aqueles que do campo saíram, após a desestruturação agrária propiciada pela erradicação dos cafezais. Tal transição, de uma economia agrário-exportadora para uma comercial-urbano-industrial, marca não só transformações na economia capixaba, mas a expansão das relações capitalistas do Espírito Santo.

Naturalmente, a partir de um dirigismo político e econômico, o desenvolvimento industrial se apresenta em um mapa tendo como epicentro a capital. É nesse espaço político em que as plantas industriais apareceram. Já no início dos anos 1970 o estado, por meio do Banco do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES), “financiou um total de 37 projetos industriais, sendo que 26 eram projetos de ampliação de fábricas já existentes, e 11 eram de instalação de novas plantas industriais” (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 104).

Os Grandes Projetos Industriais promoveram profunda alteração no padrão de desenvolvimento econômico do estado; não atrai apenas recursos nacionais, mas agora recursos internacionais também. Por fim, pontua-se que não só a estrutura econômica do estado sofreu alterações; a estrutura social também seguiu o “padrão de desenvolvimento”, embora não tenha alcançado seus benefícios.

Alinhado ao desenvolvimento industrial, o estado tinha um intenso crescimento populacional, ao mesmo tempo em que vivenciava sua urbanização. Inevitavelmente, as migrações se tornaram intensas e os fluxos hinterlandia-centro foram recorrentes, ao longo das décadas que se seguiram, após o episódio da erradicação dos cafezais.

A partir do Censo de 2000 e 2010, observa-se a inversão abrupta da população que era majoritariamente rural, em 1960 (71,6%), para urbana, em 1991 (74%), em pouco mais de 30 anos. Nota-se, por conseguinte, o crescimento populacional: em meio século (1960-2010), a população capixaba aumentou quase 148%, passando de 1,418 milhões para 3,514 milhões de habitantes, enquanto a urbana ultrapassou 600%, saltando de 403 mil para 2,931 milhões de habitantes. Já a população rural, nesse mesmo período, teve uma redução de cerca de 42%, passando de 1,014 milhões para 583 mil habitantes.

Nesse passo, a industrialização passou a ser vista como um caminho para superação do atraso que o distanciava dos outros estados mais desenvolvidos. A perspectiva era de reestruturação, dinamismo e modernização de sua economia, com foco no apoio aos grandes empreendimentos voltados à exportação. Tais atividades aliavam a evolução econômica ao desenvolvimento do complexo portuário, criando “condições fundamentais para um novo ciclo de expansão da economia capixaba em âmbito nacional e internacional” (SIQUEIRA, 2009, p. 6).

Quanto à industrialização ou crescimento industrial entende-se que se desenvolveu de forma semelhante

no Brasil e no Espírito Santo, sobrepondo-se aos mercados internos pré-existentes (OLIVEN, 2010, p. 58). Essas áreas de mercados possuíam certa demanda de produtos industrializados, possuindo um mercado consumidor que favorecia o desenvolvimento industrial, tornando-se terreno propício para o crescimento urbano. Atrela-se a esses, outros fatores determinantes como localização e infraestrutura. No caso brasileiro fica evidente a infraestrutura da economia cafeeira, como por exemplo, seus portos e estradas de ferro.

O Espírito Santo seguiu o mesmo processo, apesar da afirmação de alguns historiadores de que este processo foi tardio. A Grande Vitória foi alvo de muitos investimentos no setor industrial devido a diversos fatores, dentre os quais merece destaque a infraestrutura portuária e localização privilegiada. Ainda, o centro urbano já existente suportou o processo de industrialização. Logo, pode-se afirmar que à medida que a Grande Vitória se industrializava, também, se urbanizava; e vice-versa.

### **As reverberações no município da Serra**

A atividade econômica da Serra, até o século XX, seguiu basicamente o que era produzido no estado, ressaltando uma expressiva produção e comércio de abacaxi, a partir de 1950 (BORGES, 2009, p. 259). Sua produção, ao longo do século XIX, era escoada pelo Porto do Una, situado em São José de Queimado. Os produtos eram transportados em canoas pelo rio Santa Maria da Vitória<sup>2</sup>, que serviam como meio de integração entre Serra, Vitória e Norte do estado. O pequeno porto não apenas escoava a produção do município, mas também importava o que era necessário para localidade. (BORGES, 2009, p. 23.).

As transformações decorrentes da infraestrutura lançada pelos ganhos do café proporcionaram mudanças ao município. A construção das Estradas de Ferro suplantaram, de certa maneira, a pequena produção que era escoada pelo rio Santa Maria. A Serra apresentou, ao longo do século XX, pequena alteração populacional. Segundo dados do IBGE, a população saltou de 6777 habitantes, em 1920, para 9192, em 1960.

### **Crescimento do município**

É, a partir de 1960, que observa-se alterações muito significativas para o presente estudo. Pode-se apontar a construção de diversas indústrias ao redor da capital Vitória, que são assentadas, principalmente, no município da Serra, e na população que se segue, fazendo sentir o crescente deslocamento populacional e a intensa urbanização. Segundo Campos Jr. e Gonçalves (2009, p. 70), é nesse contexto que

emergem não apenas novas formas espaciais como também novos conteúdos do processo de urbanização da metrópole da Grande Vitória. A dinâmica do espaço urbano torna-se mais complexa na medida em que se desenvolve uma diversidade de formas de produção e de apropriação da cidade, o que não ocorre sem conflitos e contradições sociais.

Dessa maneira, é possível observar que, por um lado a Serra foi o lugar escolhido para estabelecimento de indústrias a partir dos “Grandes projetos industriais”, e por outro, a que recebe um fluxo intenso de migrantes com baixa renda, que vão se assentando no município. Lefebvre (2004), considera que na produção social

<sup>2</sup> Vale ressaltar parte do relato de Therese Charlotte Marianne Auguste Von Bayern, a princesa da Baviera, que viajou pelo Espírito Santo entre os meses de Agosto e Setembro de 1888. Ela relata que “Esse rio [Santa Maria], deve ter um comprimento de pouco mais de 100 km, é navegável ao longo de 54 km também por canoas e vapores pequenos. (...) De tempos em tempos, uma piroga igual à nossa vinha navegando silenciosamente rio abaixo. Era ocupada ou com mulheres de cor escura e crianças, ou com fazendeiros que transportavam sacos de café até a costa.” (BAVIERA, 2013, p. 46-47)

da cidade as contradições são ampliadas, decorrente da urbanização contemporânea relacionada as diferentes dimensões de uma realidade constituída socialmente.

Nesse sentido, verifica-se o crescimento, a partir de um epicentro, que aponta para a capital. Se até os anos de 1960, a urbanização, segundo Buffon (1992), era fraca, centrada, principalmente, em Vitória, devido à sua importância política e administrativa, à partir desse período, ela se estende pelos municípios circunvizinhos, tecendo a “cidade metropolitana”.

O município, bem como regiões próximas, recebeu indústrias oriundas dos grandes projetos de impacto. Tanto Companhia Siderúrgica de Tubarão, quanto a Companhia Vale do Rio Doce, bem como estabelecimento de outras infraestruturas como o Porto de Tubarão, Porto de Praia Mole<sup>3</sup>, fizeram parte desses grandes projetos. Soma-se a esses, a construção da BR 101, e da ES 010, que propiciaram maior facilidade no acesso e integração da Serra com a Região Metropolitana. Abaixo, foto da época da construção da BR 101.

O processo de industrialização foi consistente e reverberou em outros processos que se relacionam diretamente a ele. Se até 1960, o Município da Serra contava com 9.192 habitantes, nas décadas que se seguiram foi possível observar expressiva alteração, conforme Gráfico 1.

Verifica-se um *boom* populacional, principalmente, a partir do final da década de 1970, até 2010, com um aumento de mais de 2100%. Dessa maneira, comparando os dois períodos, pode-se inferir que, cerca de 95%, do crescimento populacional, no período compreendido entre 1960 e 2010, foi decorrente de fluxos migratórios<sup>4</sup>. Essa população, dentro de uma dinâmica de apropriação urbana vai se assentar nas áreas periféricas. Campos Jr. e Gonçalves (2009, p. 72), observam que nas áreas periféricas do município da Serra é o lugar onde

a população migrante com menos recursos encontrou condições de se reproduzir, seja a partir de ocupações de áreas ambientalmente frágeis, de conjuntos habitacionais (financiados pelo antigo BNH) ou de loteamentos populares distantes das áreas mais bem servidas de infraestrutura.

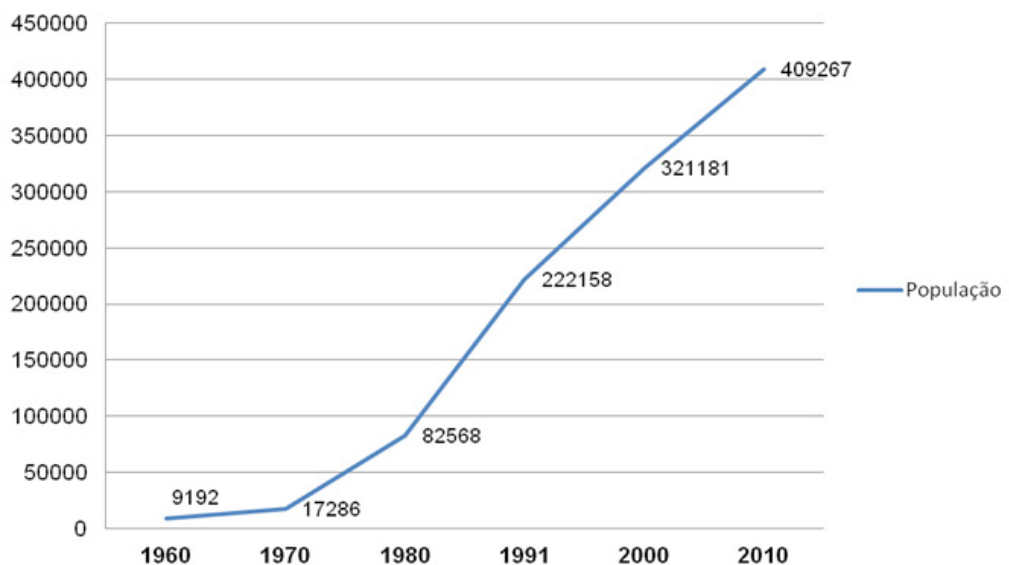


GRÁFICO 1 – Crescimento populacional do município da Serra de 1960 a 2010.

Fonte: IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010.

<sup>3</sup> A Vale e os portos situam-se na parte norte da cidade de Vitória, que impactou significativamente o município Serrano.

<sup>4</sup> Castiglioni (1994) respalda tal posicionamento, afirmando que o crescimento populacional nesse período, principalmente nos anos 1970 e 1980 foi decorrente de intenso fluxo migratório.

O mesmo autor assegura que a oferta de moradia na Serra<sup>5</sup> adequou-se ao acelerado crescimento populacional, sendo que, entre os anos 1970 e 1990, o município foi o que mais ofertou moradias voltadas à população com pequenos ganhos. Segundo dados da Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES) e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES), o Banco Nacional de Habitação (BNH) financiou mais de 28 mil unidades habitacionais na Serra, sendo que no período, o total de financiamento foi de pouco mais de 52 mil conjuntos. Desses, mais de 50% concentrou-se no município Serrano.

Vale ressaltar que não apenas conjuntos habitacionais foram estabelecidos na Serra; há também os loteamentos, regulares ou não, e invasões. Abe (1999, p. 384), observa que o crescimento urbano foi grande, não se limitando ao entorno das vias<sup>6</sup> que cortavam a cidade, mas também ocupações em lugares desfavoráveis, como encostas e fundo de vales, orla de lagoas e loteamentos não ocupados.

Apresentando o crescimento populacional vivenciado pela cidade da Serra, sendo grande parte decorrente de fluxos migratórios, associado aos programas industriais e de urbanização, caminha-se para o processo de metropolização, tendo Vitória como centro, e todo um adensamento populacional nas periferias desse centro. Serra abarcara grande parte desse contingente populacional atraído pelo estabelecimento desse novo tecido urbano. Consequentemente, novas relações dentro do espaço urbano vão surgir, reforçando que um crescimento abrupto, não planejado, traz consigo consequências.

### **Indicadores de desigualdade social**

É possível observar a existência de duas realidades que coexistem em muitos espaços urbanos, a desigualdade social e a espacial. Se de um lado da cidade é possível verificar a presença do Estado, de um crescimento urbano planejado, do outro lado do muro invisível, como afirma Rolnick (2003, p. 47), é possível verificar o indesejado, espaços de violência e de certo abandono.

Caldeira (2011, p. 211), apresenta três formas de segregação espacial dividida por períodos: do final do século XIX, até a década de 1940, a população se concentrava espacialmente em uma pequena área urbana. A diferenciação da classe dos moradores se dava pelo tipo de moradia em que habitavam. Assim, de 1940 até 1980, a divisão espacial se dá na estrutura centro-periferia, com concentração de renda, nos bairros centrais, e de pobres, em bairros periféricos. A partir dos anos 1980, Caldeira define a estrutura urbana como “enclaves fortificados”, em que a aproximação espacial é inevitável. Isso, devido ao aumento populacional, no entanto, a segregação se dá por muros, guaritas, câmeras de videomonitoramento, cercas e outros elementos.

Ao sobrepor os estudos de Caldeira e Mattos com o processo histórico social de apropriação do espaço no município da Serra, torna-se possível identificar essa “desigualdade”. O *bomm* populacional não foi abarcado pelo estado, sendo que os migrantes de baixa renda estariam à margem para se relacionarem socialmente, politicamente, culturalmente e economicamente, ainda que de forma precária.

Considerando que o aparecimento de ocupações irregulares se deu, principalmente, a partir de 1970 (SIQUEIRA, 2001, p. 108-109.), devido ao grande fluxo migratório direcionado ao município Serrano,

<sup>5</sup> Resalta-se a construção do Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT) I e II, que aliada à oferta barata de terra favoreceu o crescimento populacional na região. (CAMPOS JR. e GONÇALVES, 2009, p. 72)

<sup>6</sup> Principalmente BR 101 e ES 010, segundo Abe (1999, p. 384).

somado à incapacidade de absorção desse contingente populacional, vê-se o estabelecimento de problemas urbanos, que se traduz entre 33% e 36% da população da Serra sem rendimentos, com áreas mais afetadas, cujos índices de pessoas sem rendimentos ultrapassam os 36%. Mattos (2013), afirma que esse cenário é propício para o aparecimento de outras mazelas e problemas urbanos, como índices de homicídios elevados.

Cabe, ainda, a análise da Tabela 1, que nos mostra a renda per capita média do município da Serra, do estado do Espírito Santo e do Brasil, com base na moeda Real, no mês de Agosto de 2010, nos anos 1991, 2000 e 2010. Consta-se que o rendimento na Serra manteve-se abaixo da média estadual e, no ano de 2010, esteve também abaixo da média nacional.

A renda nos fornece um consistente indício de um crescimento não planejado e de desigualdade dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória.

TABELA 1  
Renda *per capita* média 1991-2010<sup>7</sup> (Valor em Real Ago/2010)

	1991	2000	2010
<b>Serra</b>	329,47	475,25	705,89
<b>Espírito Santo</b>	377,38	574,17	815
<b>Brasil</b>	-	313,3	901,01

Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Brasileiro, 2013)

Outro elemento importante a se considerar é o Cadúnico<sup>8</sup>. Em 2009, foi verificado que 77.460 pessoas estavam cadastradas, dos quais, pouco mais de 70%, era natural do estado do Espírito Santo. Dessa maneira, observamos que, aproximadamente 30%, dos que eram cadastrados eram naturais de outros estados, principalmente, baianos e mineiros (23,26%). Dados posteriores, referentes a 2011, indicavam que cerca de 25 mil famílias dependiam do Bolsa Família<sup>9</sup>, totalizando quase 100 mil pessoas no município.

A composição socioeconômica dessa considerável parcela da população serrana demanda muita procura pelos serviços públicos como saúde e educação. Tal fator somado ao crescente contingente populacional ocasiona em sobrecarga na oferta desses serviços públicos para a sociedade. Dessa maneira, aqueles

<sup>7</sup> Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

<sup>8</sup> Cadastro Único, que funciona como instrumento para análise e inclusão nos programas sociais do Governo Federal. Identifica e define as famílias de baixa renda como aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou renda mensal de até 3 salários mínimos no total.

<sup>9</sup> O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo a que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O Programa Bolsa Família busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 18 fev. 2015.

que integram as classes mais baixas da população, ou não acessam os serviços públicos ou os acessam de maneira precária.

Na esfera da educação, os dados obtidos junto à Secretaria de Educação (SEDU), conforme tabela 2, apresentam outro indício de desigualdade social; primeiro, o número abaixo do esperado de estabelecimentos escolares públicos; e em segundo lugar, um afinilamento de vagas para alunos egressos do ensino fundamental, com vistas ao ensino médio<sup>10</sup>. Verifica-se um número muito maior de estabelecimentos de Ensino Fundamental do que de Ensino Médio. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução e Ensino Fundamental incompleto chegava a 45,1%. Se somarmos, no mesmo período, as pessoas com Fundamental Completo e Ensino Médio completo, o percentual chega a 64,3%.

TABELA 2

Número de escolas no município da Serra em 2011

COMPETÊNCIA	CICLO	QUANTIDADE	
<b>Municipal</b>	Ensino Fundamental	121	121
<b>Estadual</b>	Ensino Fundamental	13	45
	Ensino Fundamental e Médio	32	
	Escolas Especiais, Educação de Jovens e Adultos e Centro Técnico	00	
<b>Federal</b>	Ensino Médio e Técnico	01	01
<b>Total</b>		<b>167</b>	

Fonte: SEDU, 2014.

Disponível em: <http://www.educacao.es.gov.br/>

Outro fator a ser considerado, baseando-se no Censo de 2010, é que não foi mensurado o percentual de pessoas com menos de 10 anos de idade sem nível de instrução, conforme diagnóstico realizado na Serra<sup>11</sup>.

Segundo Carneiro (2012), 80% da população serrana utiliza os serviços de saúde oferecidos pela rede pública, conforme os dados apresentados, abaixo, na tabela 3. Assim, um quantitativo populacional além da capacidade de infraestrutura da cidade produz sobrecarga na prestação de seus serviços públicos e, também, reflete de outras maneiras. Vê-se, tal fato, na associação dos indicadores de renda, educação e saúde supramencionados.

<sup>10</sup> Segundo Rodrigues (2012), em 2007, 80% da população jovem saídas do ensino fundamental da Serra não tinham vaga no ensino médio, e em 2012 essa situação se mantinha.

<sup>11</sup> Serra agenda do futuro – 2012-2032.



TABELA 3

Hospitais e Centros de atendimento público

TIPO DE ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE
Unidade Básica de Saúde	32
Unidade Regional de Saúde	07
Hospitais públicos	02
Unidade Pronto Atendimento	02
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde

### À guisa de conclusão

Muito tem sido noticiado sobre a Serra e seu crescimento nos últimos anos. A cidade foi classificada como a quarta do Brasil em desenvolvimento<sup>12</sup>, referente ao período de 2000 a 2008. Segundo dados do IBGE, o município aumentou sua participação em 52%<sup>13</sup>, no PIB brasileiro. Os fatores apresentados como causa desse crescimento estão relacionados à indústria siderúrgica e, principalmente, ao grande crescimento da construção civil no município.

A cidade apresentou-se como espaço ideal para constantes investimentos na área industrial e de construção civil. Sua proximidade com o centro administrativo constituiu importante fator para crescimento industrial e adensamento populacional. No percurso de 50 anos (1960-2010), a Serra experimentou abrupto crescimento populacional decorrente, principalmente, dos deslocamentos migratórios. As mudanças no modo de produção, de apropriação da terra, intervenção política, ilusão migratória, desenvolvimento urbano e industrial constituíram fatores preponderantes para esse processo.

Contudo, na contramão desse crescimento, a cidade tem vivenciado não só a Desigualdade social, mas altos índices de violência. Esses índices são apresentados, sobretudo, pelos homicídios. Tais fatores possuem relação íntima com a ausência e omissão do Estado no estabelecimento de diretrizes para esse crescimento. Vê-se que o crescimento relacionado aos grandes projetos industriais não levou em conta os impactos sociais, econômicos e espaciais decorrentes. Dessa forma, a população vai se estendendo para espaços além da presença do poder público, proporcionando aparecimento de áreas periféricas sem qualquer infraestrutura. Essa construção amplia a segregação e desigualdade socioeconômica, marginalizando parte da população residente em tais áreas.

Nota-se, ainda, que as transformações se estenderam em diversas áreas. A transição da economia agroexportadora para industrial-comercial observada no Espírito Santo foi paralela a do país, seguindo o

12 Em primeiro Campos do Goytacazes, no Rio de Janeiro, em segundo lugar ficou Paraubebas, Pará e, em terceiro, São José dos Pinhais, do Paraná.

13 Saltou de 0,25% para 0,38% de participação no PIB brasileiro no período 2000-2008.

ritmo da economia global. A Serra serviu para alocação de indústrias em seu espaço, juntando trabalhadores, que nessa transição, agregou maior quantidade de pessoas no terceiro setor. Tal fator, também, colabora, consideravelmente, para ampliação da desigualdade social, econômica e espacial. De fato, não se deve contestar o crescimento, mas deve-se refletir: crescimento para quem?

## REFERENCIAS

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, E.S.:** crescimento e metropolização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

AUGÈ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade.** São Paulo; Alagoas, Unesp; Ufal, 2010.

BAVIERA, Teresa da. **Viagem pelo Espírito Santo** (1888): Viagem pelos trópicos brasileiros. Tradução e notas de Sara Baldus. Organização e notas de Julio Bentivoglio. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Título original: *Meinereise in denbrasiliaischentropen*.

BORGES, Clério J. **História da Serra.** 3. ed. Serra: CTC, 2009.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo:** aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Campinas. Campinas, 1992.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros.** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2011.

CAMPOS JR, Carlos T. de.; GONÇALVES, Thalimar M. Produção do espaço urbano da Serra – Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 17, p. 69-78, set./ dez. 2009.

CARNEIRO, Teresa C. J. **Serra:** Agenda do Futuro 2012-2032. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembléia Legislativa Lei n° 622 de 19 de fevereiro de 1952. Disponível em: <[http://www.al.es.gov.br/antigo\\_portal\\_ales/images/leis/html/LO0622.html](http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO0622.html)>. Acesso em 11 abr. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - sinopse:** estatísticas da população. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência**. Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2013.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Companhia Siderúrgica de Tubarão**: a história de uma empresa. Vitória: CST, 2005.

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Angela M<sup>a</sup>. **Cafeicultura e Grande Indústria**. A transição no Espírito Santo: 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. (Espírito Santo: Economia e Política. v. 1).

RODRIGUES, Márcia B. F. Serra, Agenda do futuro 2012-2032. **Serra com segurança**. Vitória: FCAA, 2012. 54 f. (Relatório temático de diagnóstico).

ROLNICK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Desenvolvido por Prodest, 2014. [Planilhas em Excel das escolas de Ensino Fundamental e Médio]. Disponível em: <<http://www.educacao.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SECRETARIA DE SAÚDE. Dados sobre estabelecimentos de saúde. Disponível em: <<http://www.saude.es.gov.br/default.asp#1>>. Acesso em 16 nov. 2014.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo – 1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia vol. 6, ano VI, n° 4, 2009. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/>>. Acesso em 29 ago 2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

VILLASCHI, Arlindo; SILVA FELIPE, Ednilson da. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. **Revista Sinais**. Vitória: CCHN, UFES, n.09, v.1, p.188-223, 2011.